



Relatório Mensal de Atividades

Agosto de 2025

**GAÚCHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AGNALDO REIS – ME
TRADIÇÃO GAÚCHA CONF. DE PEÇAS LTDA.**

INCIDENTE PROCESSUAL n.º 5004927-50.2020.8.21.0037
RECUPERAÇÃO JUDICIAL n.º 5000213-18.2018.8.21.0037
2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE URUGUAIANA/RS
JUÍZA: DRA. KARINA DE OLIVEIRA LEONETTI PADILHA

Sumário

- | | | | |
|-----------|--|-----------|---|
| 01 | Considerações iniciais | 05 | Assembleia-Geral de Credores (AGC) |
| 02 | Cronograma Processual | 06 | Plano de Recuperação Judicial |
| 03 | Informações sobre as Recuperandas | 07 | Considerações Finais |
| 04 | Estrutura do Passivo | 08 | Anexos |

01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

O Administrador Judicial é o agente auxiliar da justiça e de confiança do Juiz que, ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o encargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever da Administração Judicial na Recuperação Judicial consiste em fiscalizar as atividades do devedor, porquanto este permanece na gestão empresarial.

O resultado dessa fiscalização é materializado por meio da apresentação de relatórios mensais de atividades (RMA), cujo dever é estabelecido à Administração Judicial no art. 22, II, 'c', da Lei n.º 11.101/05 (LRF), recentemente incluída pela Lei n.º 14.112/20, segundo o qual:

Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:

II – na recuperação judicial:

c) apresentar ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor; (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020).

As informações apresentadas nos relatórios serão baseadas em dados contábeis, financeiros e operacionais apresentados pela Recuperanda, sob as penas do art. 171 da LRF. Tais informações, todavia, **não serão objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria**, de forma que não se poderá garantir ou afirmar a sua correção, precisão e completude.

Isso porque, como bem referem Daniel Carnio e Alexandre Correa, “a intenção do legislador nessa norma é a de que a administração verifique a plausibilidade e a veracidade da documentação apresentada pelo devedor, servindo como efetivo ente fiscalizatório”. Mais adiante, acrescentam que “a inclusão da alínea ‘c’, inciso II, do referido artigo não ocorreu para responsabilizar o auxiliar do juízo por informações inverídicas prestadas pela recuperanda”, mas sim para obrigá-lo “a fiscalizar essas informações e conferir, dentro das suas possibilidades de trabalho, se os dados possuem lastro na realidade da empresa” (COSTA, Daniel Carnio. Comentários à lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005/ Daniel Carnio Costa, Alexandre Correa Nasser de Melo – Curitiba: Juruá, 2021, pp. 107-109).

O presente relatório, portanto, não objetiva atestar a veracidade e a conformidade das informações contábeis e financeiras prestadas pelo devedor. Objetiva, por outro lado, conferi-las, a fim de aferir se guardam embasamento com a realidade coletada pela Administração Judicial nas vistorias – físicas ou virtuais – realizadas nas instalações da devedora.



01. Considerações Iniciais

Função do Administrador Judicial

Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo reunir, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das Empresas **GAÚCHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA., AGNALDO REIS – ME, TRADIÇÃO GAÚCHA CONF. DE PEÇAS LTDA.**, ofertando ao Juiz, ao Ministério Público, aos credores e aos demais interessados um relato transparente dos principais fatos ocorridos no período analisado.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde ao mês de **agosto/2025**.

Ao lado, apresenta-se as atividades desempenhadas por esta Equipe Técnica.

Resumo das Atividades de Competência da AJ

Atendimento e prestação de informações aos credores;

Solicitação e análise da documentação contábil, bem como das atividades das Recuperandas;

Vistoria à sede das Recuperandas, de forma a verificar a continuidade da atividade e angariar informações sobre a operação;

Elaboração dos Relatórios Mensais de Atividades (RMA), fiscalização dos procedimentos inerentes ao correto andamento do processo de recuperação judicial e prestação de informações à 2ª Vara Cível da Comarca de Uruguaiana – RS.

02. Cronograma Processual

Gaúcho Indústria e Comércio de Confecções LTDA., Agnaldo Reis – ME e Tradição Gaúcha Conf. De Peças LTDA.



03. Informações sobre as Recuperandas

Principais Informações

Atividade Principal

Fundada no ano de 1993, a **Casa do Gaúcho** começou suas atividades como uma empresa de caráter familiar: uma loja de produtos gaúchos em uma pequena garagem. Posteriormente, ingressou no ramo de industrialização de artigos, nascendo, então, as indústrias Gaúcho e Tradição, todas administradas pela família. As referidas empresas sempre atuaram em conjunto, consolidando-se a formação de um grupo econômico.

A **GAÚCHO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.** e a **TRADIÇÃO GAÚCHA CONF. DE PEÇAS LTDA.** trabalham com a industrialização de bombachas e outros produtos característicos da moda gaúcha. Já a empresa **AGNALDO REIS – ME**, atua como comércio de produtos gauchescos, fornecidos tanto pelas indústrias do grupo quanto por outros fornecedores do mesmo nicho de mercado.



Razão Social: Gaúcho Indústria e Comércio de Confeções LTDA - ME



CNPJ: 03.259.214/0001-75



Sede: Rua Quinze de Novembro nº 4460, Bairro Rio Branco, Uruguaiana/RS



Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada



Capital Social: R\$ 150.000,00



Razão Social: Tradição Gaúcha Confeções de Peças do Vestuário LTDA - ME



CNPJ: 03.599.667/0001-40



Sede: Rua Quinze de Novembro nº 4446, Bairro Rio Branco, Uruguaiana/RS



Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada



Capital Social: R\$ 8.500,00



Razão Social: Agnaldo Reis - ME



CNPJ: 95.084.943/0001-56



Sede: Rua Duque de Caxias, nº 1895, Bairro Centro, Uruguaiana/RS



Natureza Jurídica: Empresário (individual)

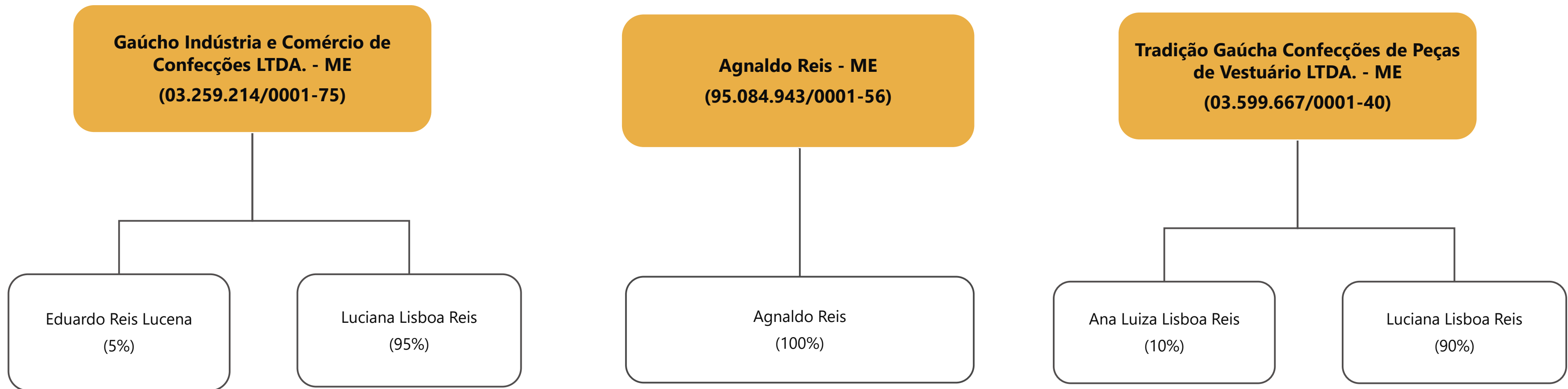


Capital Social: R\$ 10.000,00

03. Informações sobre as Recuperandas

Principais Informações

Quadro Societário



03. Informações sobre as Recuperandas

Outras Informações

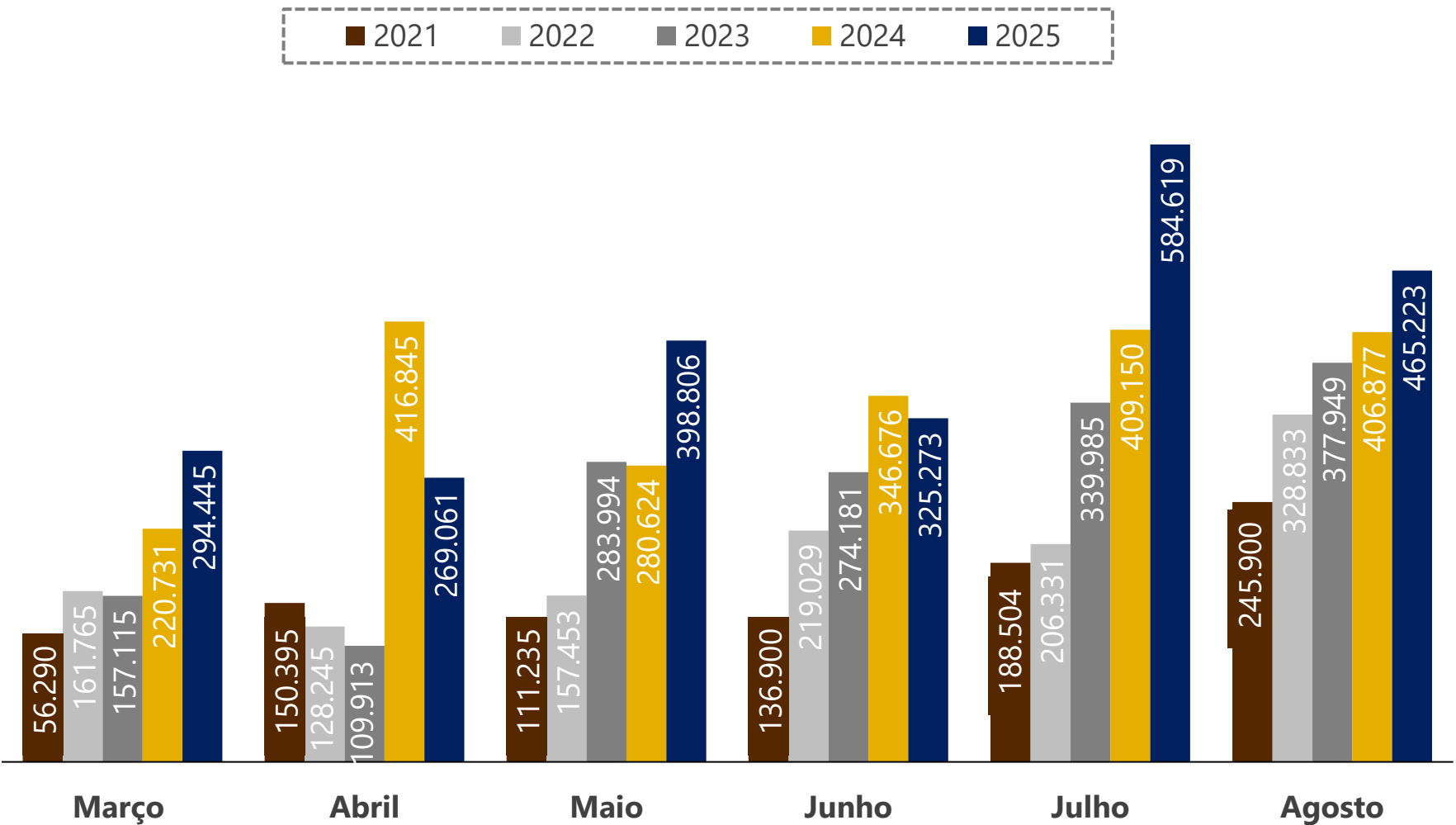


Faturamento

A seguir, apresenta-se graficamente a evolução do **faturamento mensal** obtido pelas três devedoras (saldos consolidados) no período compreendido entre março e agosto dos exercícios sociais de 2021 a 2025.

O faturamento obtido em agosto/2025 foi 41% superior ao registrado no mesmo período em 2022, representando um crescimento significativo no desempenho operacional da empresa.

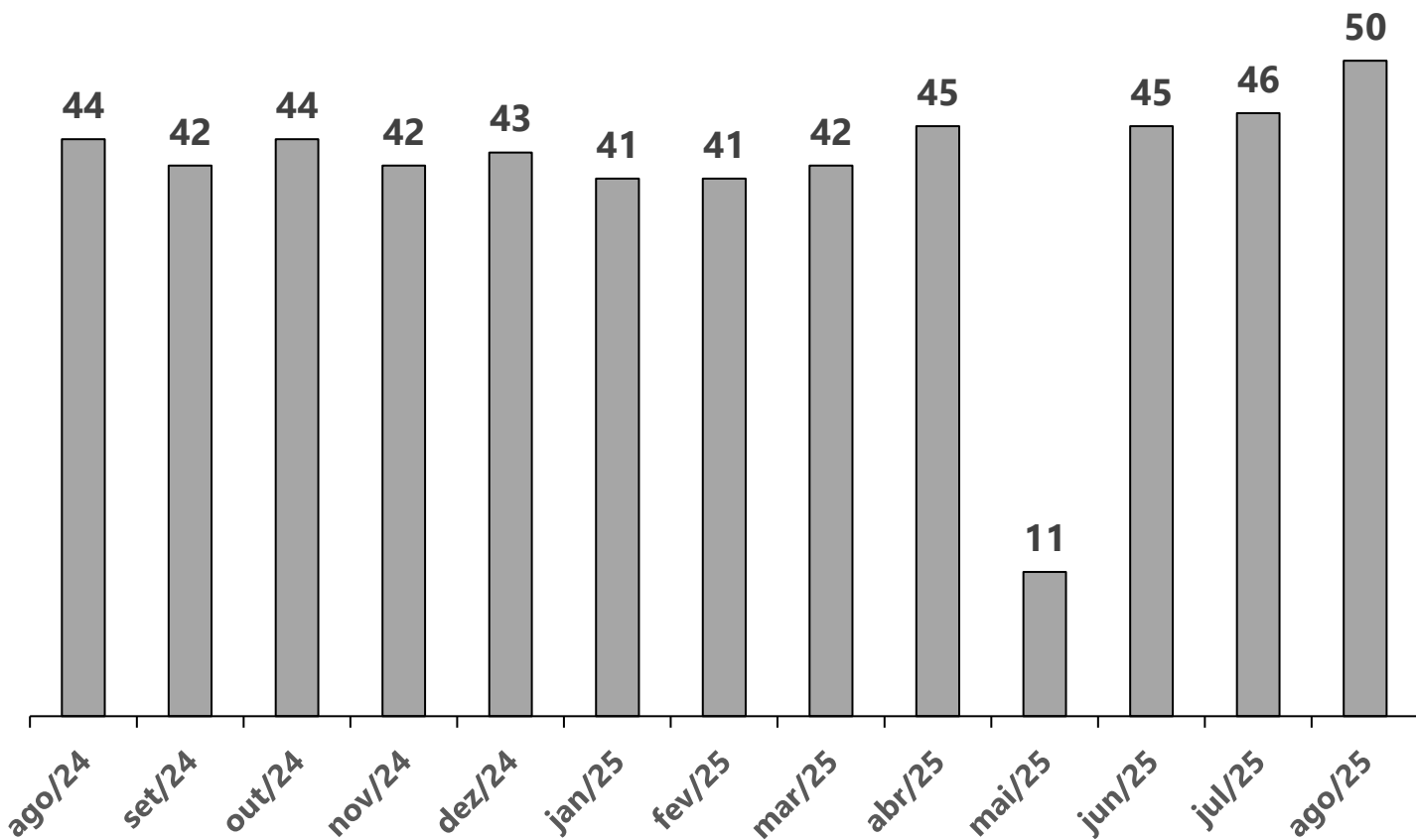
Ademais, destaca-se que a Recuperanda Tradição não auferiu receitas ao longo de 2024. Por outro lado, desde março/2025, a empresa passou a registrar faturamento de forma contínua em sua operação mensal.



Quadro Funcional

A seguir, apresenta-se a **evolução do quadro funcional** consolidado das Devedoras Agnaldo e Gaúcho, conforme informações encaminhadas pela sua administração. Os colaboradores da Devedora Tradição foram todos transferidos para a Recuperanda Gaúcho Indústria. Destaca-se que todos os funcionários são contratados pelo regime CLT.

Até o momento de elaboração deste relatório, os representantes da Recuperanda não haviam disponibilizado os dados relativos ao quadro de funcionários das Devedoras referente ao mês de maio/2025, motivo que justifica a incompletude das informações apresentadas a seguir. Ressalta-se, contudo, que a documentação já foi devidamente solicitada à empresa.



03. Informações sobre as Recuperandas

Outras Informações

Títulos Protestados

Com base na consulta realizada no dia 23 de setembro de 2025, no site de Cartórios e Protestos (<https://site.cenprotnacional.org.br/>), a seguir, apresenta-se um quadro-resumo dos títulos protestados.

Destaca-se que a Devedora Tradição não apresentou saldos de dívidas protestadas.

Cartório	CNPJ da Devedora	Cidade	Nº de Títulos	Valores
SERVIÇO DOS REGISTROS ESPECIAIS DA COMARCA	03.259.214/0001-75	URUGUAIANA - RS	10	R\$ 16.548,07
	95.084.943/0001-56		3	R\$ 473.195,02
TOTAL			13	R\$ 489743,09

Passivo Contingente

A Administração Judicial solicitou um resumo dos processos judiciais em que atualmente as Devedoras são rés. Até o momento de elaboração deste relatório, as informações ainda estavam pendentes de envio.

Aponta-se que esta Equipe Técnica já reiterou o pedido, porém, não obteve retorno. Diante do exposto, **sugere-se a intimação das Recuperandas para apresentação de tais informações.**

Demais Informações



Com base nos balancetes contábeis do mês de agosto/2025, foi possível identificar que as **obrigações contraídas após o ajuizamento da Recuperação Judicial**, como salários e fornecedores, estão sendo adimplidas mensalmente. No entanto, conforme demonstrado na página 11 deste relatório, há tributos em atraso.



Em relação aos **honorários da Administração Judicial**, destaca-se que todos os valores foram adimplidos até dezembro de 2022.



Em agosto/2025, não foram registradas movimentações nas contas do Ativo Imobilizado.

Ressalta-se que o reconhecimento das depreciações dos bens não vem sendo realizado.

04. Estrutura do Passivo

Passivo Sujeito à Recuperação Judicial



O **Quadro-Geral de Credores** (Art. 18, da LREF) – ainda não publicado – reflete a terceira relação de credores da Devedora, o qual será homologado pelo juiz, com base na relação dos credores a que se refere o Art. 7º, § 2º, da LREF, e nas decisões proferidas nas impugnações oferecidas.

Abaixo, apresenta-se a composição atual do QGC:

CLASSES	VALORES DO EDITAL ART. 52, § 1º, LRF	VALORES DO EDITAL ART. 7, § 2º, LRF	QGC - ART. 18, LRF	
Classe I - Trabalhista	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Classe II - Garantia Real	R\$ 0,00	R\$ 160.172,44	R\$ 0,00	-
Classe III - Quirografários	R\$ 2.614.836,00	R\$ 2.399.242,27	R\$ 2.553.259,58	24
Classe IV - ME/EPP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
TOTAL	R\$ 2.614.836,00	R\$ 2.559.414,71	R\$ 2.553.259,58	24

A lista atual é composta por 24 credores no total. Abaixo, apresenta-se os principais credores do processo:

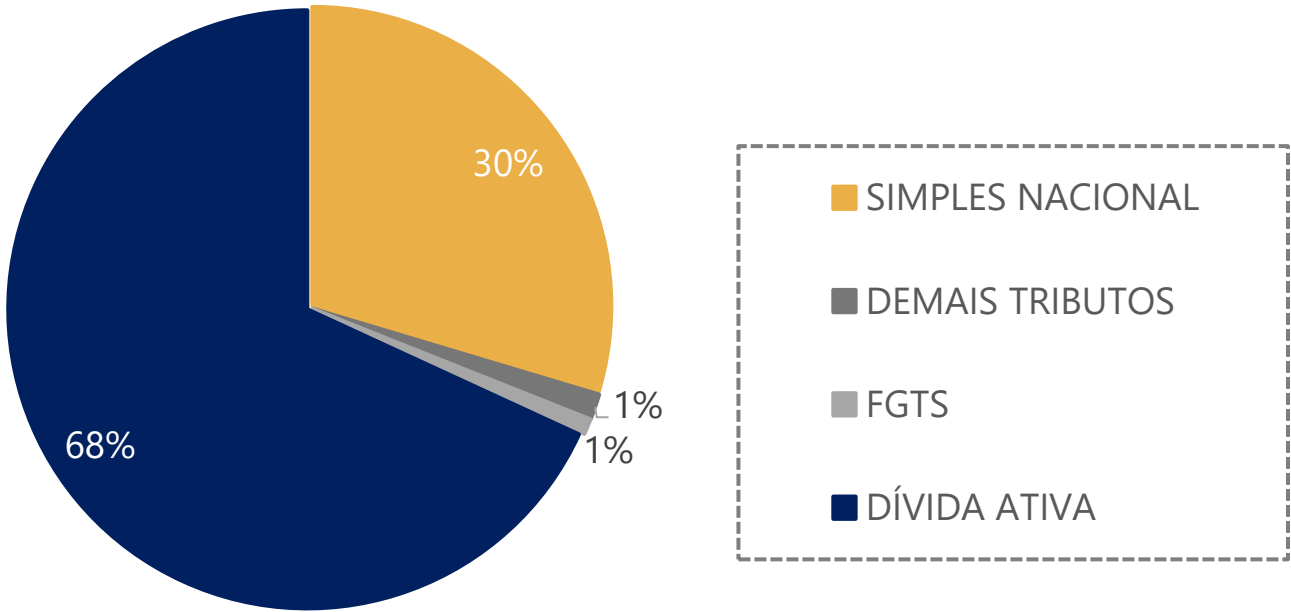
CLASSES	PRINCIPAIS CREDITORES	VALORES (R\$)	% SOBRE O PASSIVO SUJEITO
Classe III - Quirografários	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 1.148.462,00	44,87%
Classe III - Quirografários	BANCO DO BRASIL S/A	R\$ 461.123,88	18,02%
Classe III - Quirografários	SICREDI PAMPA GAÚCHO	R\$ 226.683,00	8,86%
Classe III - Quirografários	UNICRED CENTRO-OESTE	R\$ 159.166,00	6,22%
Classe III - Quirografários	SICREDI PAMPA GAÚCHO	R\$ 83.333,36	3,26%
TOTAL - 5 PRINCIPAIS CREDITORES		R\$ 2.078.768,24	81,22%

04. Estrutura do Passivo

Passivo Extraconcursal

Passivo Extraconcursal - Tributário

Natureza do Tributo	AGNALDO	TRADIÇÃO	GAÚCHO	TOTAL
INSS	R\$ 1.805,72	R\$ 21.041,60	R\$ 39.900,80	R\$ 62.748,12
FGTS	R\$ 1.173,44	R\$ 5.579,79	R\$ 32.432,07	R\$ 39.185,30
IRRF	R\$ 870,37	R\$ 464,23	R\$ 495,14	R\$ 1.829,74
SIMPLES NACIONAL	R\$ 257.910,00	R\$ 140.555,43	R\$ 979.207,80	R\$ 1.377.673,23
PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
DÍVIDA ATIVA	R\$ 474.445,49	R\$ 108.600,61	R\$ 2.584.631,27	R\$ 3.167.677,37
TOTAL	R\$ 736.205,02	R\$ 276.241,66	R\$ 3.636.667,08	R\$ 4.649.113,76



Os saldos acima foram extraídos dos balancetes do mês de agosto/2025. O montante correspondente à Dívida Ativa é proveniente da consulta realizada no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (<https://www.listadevedores.pgfn.gov.br/>), no dia 23 de setembro de 2025.

Passivo Extraconcursal - Outros

Como créditos extraconcursais enquadram-se, principalmente, (i) o passivo fiscal e operações de adiantamento de contrato de câmbio, (ii) cessão fiduciária de títulos e direitos creditórios, (iii) alienação fiduciária e (iv) arrendamento mercantil (leasing).

A Administração Judicial solicitou informações às Devedoras sobre as dívidas extraconcursais; porém, até o presente momento, não obteve retorno.

Diante disso, sugere-se a intimação das Recuperandas para apresentação destas informações.

05. Assembleia-Geral de Credores

Resultado da AGC realizada no dia 24/06/2022

Resumo

- ☐ **Total SIM:** 3 de 6 credores presentes (50,00%); ou R\$ 1.534.311,10 de R\$ 2.105.275,76 dos créditos presentes (72,88%);
- ☐ **Total NÃO:** 2 de 6 credores presentes (33,33%); ou R\$ 410.792,22 de R\$ 2.105.275,76 dos créditos presentes (19,51%);
- ☐ **Total ABSTENÇÃO:** 1 de 6 credores presentes (16,67%); ou R\$ 160.172,44 de R\$ 2.105.275,76 dos créditos presentes (7,61%);

PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADO



Classe II – Garantia Real	Total – Votos por cabeça	Total – Votos por crédito
Total SIM	1 (100%)	R\$ 160.172,44 (100%)
Total NÃO	0 (0%)	R\$ 0,00 (0%)

Classe III - Quirografários	Total – Votos por cabeça	Total – Votos por crédito
Total SIM	3 (60%)	R\$ 1.534.311,10 (78,88%)
Total NÃO	2 (40%)	R\$ 410.792,22 (21,12%)

06. Plano de Recuperação Judicial

Condições de Pagamento



Apresenta-se, abaixo, um quadro resumo correspondente às condições de pagamento previstas no modificativo ao plano de recuperação apresentado pelas Recuperandas e aprovado na **Assembleia-Geral de Credores realizada no dia 24/06/2022.**

CLASSE	SUBCLASSE	MESES DE CARÊNCIA	PRAZO TOTAL PARA A QUITAÇÃO DO CRÉDITO	DESÁGIO	FORMA DE PAGAMENTO	ATUALIZAÇÃO DO CRÉDITO
Garantia Real	Não há	12 meses, a partir da data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em Assembleia-Geral de Credores	96 meses após o término do prazo de carência	0%	Não mencionado	Taxa Selic
Quirografária	Subclasse I - Financeiros	12 meses, a partir da data de aprovação do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) em Assembleia-Geral de Credores	96 meses após o término do prazo de carência	0%	Não mencionado	Taxa Selic
	Subclasse II – Fornecedores em geral	24 meses, a partir da data de certificação do trânsito em julgado da decisão de concessão da Recuperação Judicial	180 meses após o término do prazo de carência	90%	Não mencionado	3% a.a.

Ademais, cumpre referir que, por mais que o modificativo ao plano de recuperação judicial indicasse que a contagem do período de carência se daria a partir da data de aprovação do Plano de Recuperação, por meio da decisão judicial proferida no Evento 162, o juízo recuperacional determinou que os prazos de carência do plano iniciariam com a publicação da decisão de homologação do PRJ e da concessão da Recuperação Judicial.

Demais informações a respeito das condições de pagamento previstas no plano de recuperação judicial podem ser acessadas pelo site <https://vonsaltiel.com.br/recuperacao-judicial/>.

06. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano



A **decisão de homologação do plano e a concessão da Recuperação Judicial** ocorreu no dia 06/12/2023. Destaca-se que o **trânsito em julgado da decisão de concessão** ocorreu em 08/02/2024. Sendo assim, abaixo apresenta-se as datas tanto para o início quanto para o término dos pagamentos dos credores, conforme plano de recuperação aprovado.

CLASSE	SUBCLASSE	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	TÉRMINO DOS PAGAMENTOS	STATUS	CUMPRIMENTO DO PLANO
Garantia Real	Não há	06/12/2024	25/10/2032	Único crédito que estava arrolado na Classe II (Garantia Real) foi excluído	
Quirografários	Subclasse I	06/12/2024	25/10/2032	Os pagamentos já foram iniciados	
	Subclasse II	06/12/2025	18/09/2040	Os pagamentos ainda não foram iniciados	

Cumpra ressaltar que a Administração Judicial considerou, conforme decisão judicial, a contagem dos prazos a partir da data de homologação do Plano de Recuperação Judicial: 06/12/2023.

06. Plano de Recuperação Judicial

Fiscalização do Cumprimento do Plano



Abaixo, apresenta-se um resumo a respeito dos pagamentos realizados aos **Credores Quirografários**, conforme documentação anexa aos autos (Eventos 200 e 212), além dos comprovantes enviados administrativamente, via *e-mail*, à Administração Judicial.

Credores	Valores	Valores - com a aplicação de deságio	Total dos pagamentos	Saldo remanescente
ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA	R\$ 2.899,48	R\$ 289,95	R\$ 0,00	R\$ 289,95
BANCO BANRISUL S/A	R\$ 103.168,25	R\$ 103.168,25	R\$ 55.590,91	R\$ 47.577,34
BANCO DO BRASIL S/A	R\$ 461.123,88	R\$ 461.123,88	R\$ 48.632,64	R\$ 412.491,24
BANCO SANTANDER	R\$ 20.352,29	R\$ 20.352,29	R\$ 4.057,68	R\$ 16.294,61
BEHLING & MATT LTDA	R\$ 3.035,30	R\$ 303,53	R\$ 0,00	R\$ 303,53
BLUDSON INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 6.817,80	R\$ 681,78	R\$ 0,00	R\$ 681,78
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	R\$ 1.148.461,74	R\$ 1.148.461,74	R\$ 120.954,20	R\$ 1.027.507,54
COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE	R\$ 158.926,62	R\$ 15.892,66	R\$ 0,00	R\$ 15.892,66
COOPERATIVA DE CRÉDITO UNICRED CENTRO-OESTE	R\$ 159.166,22	R\$ 159.166,22	R\$ 29.028,56	R\$ 130.137,66
COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO ESSÊNCIA RS/ES SICREDI ESSÊNCIA	R\$ 83.333,36	R\$ 83.333,36	R\$ 16.583,35	R\$ 66.750,01
ESTILO GAÚCHO COM. DE ART. CAMPEIROS	R\$ 1.384,30	R\$ 138,43	R\$ 0,00	R\$ 138,43
ESTIRPE GAÚCHA - DINARA SIMONE PITTOL	R\$ 1.257,80	R\$ 125,78	R\$ 0,00	R\$ 125,78
INDUSTRIA TEXTIL APUCARANA LTDA	R\$ 92.260,13	R\$ 9.226,01	R\$ 0,00	R\$ 9.226,01
IZABELO EVERTON HENRIQUES - BARRACA MEIA LEGUA	R\$ 1.707,80	R\$ 170,78	R\$ 0,00	R\$ 170,78
JUMIRIM MALHAS LTDA - EPP	R\$ 14.233,87	R\$ 1.423,39	R\$ 0,00	R\$ 1.423,39
LUCAS LUDWIG E CIA LTDA - ME (VIAL)	R\$ 5.143,60	R\$ 514,36	R\$ 0,00	R\$ 514,36
MAKRO CENTRAL DE AVIAMENTOS LTDA	R\$ 35.747,26	R\$ 3.574,73	R\$ 0,00	R\$ 3.574,73
PIERIM CONFECÇÕES LTDA	R\$ 2.537,80	R\$ 253,78	R\$ 0,00	R\$ 253,78
RAÇA CAMPEIRA - INDÚSTRIA DE CALÇADOS MARGHEL LTDA	R\$ 4.349,28	R\$ 434,93	R\$ 0,00	R\$ 434,93
SELARIA COURO FORTE LTDA ME	R\$ 2.607,50	R\$ 260,75	R\$ 0,00	R\$ 260,75
SENTINELA PRODUTOS GAUCHESCOS - VALDEMIR VILI VAISZ	R\$ 10.778,50	R\$ 1.077,85	R\$ 0,00	R\$ 1.077,85
TANA CONFECÇÕES LTDA	R\$ 4.623,00	R\$ 462,30	R\$ 0,00	R\$ 462,30
TERMOLAR S.A	R\$ 2.660,66	R\$ 266,07	R\$ 0,00	R\$ 266,07

- Primeiramente, cumpre ressaltar que o único crédito que estava arrolado na Classe II (Garantia Real) foi excluído da Recuperação Judicial por meio de impugnação de crédito (5007409-34.2021.8.21.0037);
- Os únicos pagamentos realizados, até o presente momento, corresponderam aos credores da Subclasse I (Financeiros);
- Por fim, destaca-se que, no Evento 201, foi informado que o BANCO DO BRASIL S/A e a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL não haviam disponibilizado seus dados bancários. Diante disso, o juízo recuperacional determinou a expedição de ofício a ambos os credores para que informassem as respectivas contas bancárias para depósito, sob pena de os pagamentos serem realizados por meio de depósito judicial. Ressalta-se que, em 02/06/2025, mesmo antes de ser intimada, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL apresentou seus dados bancários nos autos (Evento 213). Já em relação ao BANCO DO BRASIL S/A, como os dados bancários não foram informados, os pagamentos estão sendo efetuados por meio de depósito judicial.

07. Considerações Finais

Diante do exposto, a Administração Judicial vem, com o devido acato, perante Vossa Excelência, requerer:

- a) o recebimento do relatório de atividades das recuperandas, referente ao mês de **agosto/2025**, a fim de fornecer a todas as partes interessadas os principais tópicos do processo de recuperação em questão até o momento;
- b) após a devida análise pelos órgãos competentes, o julgamento do presente relatório.

Sendo o que se cumpria reportar, a Administração Judicial permanece à disposição desse douto Juízo, bem como da coletividade dos credores e das recuperandas para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Nesses Termos,
É o Relatório.

Uruguaiana/RS, 21 de outubro de 2025.

VON SALTIEL
ADMINISTRADORA JUDICIAL

AUGUSTO VON SALTIEL
OAB/RS 87.924

GERMANO VON SALTIEL
OAB/RS 68.999

JULIANA RESCHKE
CRC/RS 104.037/O

08. Anexos

Reunião virtual realizada com o Sr. Agnaldo Reis em 11/09/2025



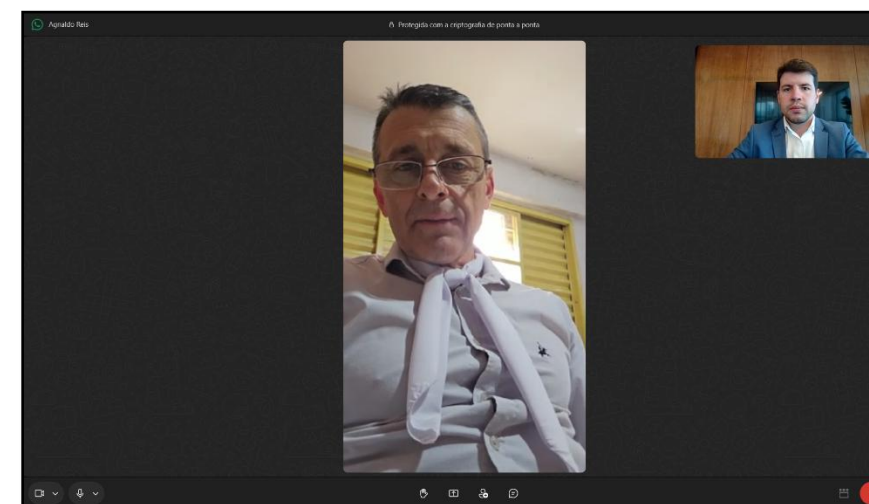
01. Fachada da Fábrica



02. Produção



03. Interior da Fábrica



04. Reunião com o Sr. Agnaldo Reis



VON SALTIEL
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Telefones

(51) 3414-6760 / (48) 3197-2969

Whats Business

(51) 99171-7069

Endereço de e-mail

atendimento@vonsaltiel.com.br

Website

www.vonsaltiel.com.br